

CDU 330.34.01(45)

ITÁLIA: UM CONTRA-EXEMPLO DO MODELO DE ROSTOW

Oswaldo Sarmento

Professor Adjunto do Departamento
de Economia da UFPE.

INTRODUÇÃO

Em vários aspectos, a história econômica da Itália contrapõe-se aos mais reputados modelos de desenvolvimento econômico. O esquema proposto por Rostow, de muita notoriedade, não foge à regra.

O presente estudo tem dois objetivos. O primeiro é tentar mostrar que o modelo de Rostow é inadequado para explicar a trajetória do desenvolvimento italiano; para isso, examinam-se um número considerável de aspectos de sua história, julgados pertinentes para o atingimento deste objetivo. O segundo é estabelecer linhas gerais de um modelo alternativo, que, obviamente, abrigue o exemplo da Itália.

A verificação de que as etapas do modelo de Rostow não se aplicam ao caso italiano não conduzirá, necessariamente, a uma crítica exaustiva do modelo em questão. A prioridade, no caso, é constatar que a linearidade de suas etapas não se harmoniza com o caráter cíclico do desenvolvimento daquele País. A análise crítica, em si, do esquema de Rostow, tem sido objeto de extensa literatura, tanto a nível teórico, quanto naquilo que diz respeito a sua aderência aos fatos. Em relação a este último aspecto, Fislow deixa claro que, em muitas instâncias, o modelo desmente à própria história dos

Estados Unidos, de onde Rostow, provavelmente, buscou respaldo empírico.*

No que tange aos aspectos teóricos, Meier (12, p. 81), só para dar um exemplo, afirma que a abordagem do fenômeno do desenvolvimento, via estágios, é equivocada, uma vez que explicita uma concepção linear da História; além disso, implica que todas as economias tendem a experimentar a mesma série desses estágios, e na mesma ordem de ocorrência. Todaro (16, p. 67), por outro lado, diz que em nações subdesenvolvidas de hoje são parte de um sistema internacional complexo e integrado, no qual a melhor e mais inteligente estratégia pode ser anulada por forças acima do controle desses países. Para concluir esta pequena série de exemplos, tem-se ainda as observações críticas de Colman & Nixon (4:39-40). Repetindo Kuznets, estes afirmam que nenhum crescimento econômico — inclusive os das nações ricas de hoje — é auto-sustentado, como faz crer a teoria de Rostow. Segundo os mesmos estudiosos, a teoria é tautológica, por não estabelecer uma distinção clara entre o fim de um estágio e o começo de outro. Em linha de argumentação semelhante à de Todaro, eles levantam dúvidas, ainda, quanto à possibilidade de os atuais países subdesenvolvidos seguirem a mesma trilha percorrida pelas economias hoje desenvolvidas, dada a existência, atualmente, de forças diversas daquelas vigentes em outros períodos históricos.**

Como se disse anteriormente, a prioridade não é, exatamente, criticar o trabalho maior de Rostow, embora, ao longo da pesquisa, sejam feitas algumas considerações neste sentido. Com a finalidade de caminhar na direção proposta, que é, principalmente, dar um contra-exemplo histórico, examinar-se-ão marcos da história econômica da Itália. A primei-

* «... pode-se mostrar que, em muitas instâncias, os exemplos de Rostow objetivando estabelecer uma ou mais de suas assertivas constituem erro grosseiro... Nos Estados Unidos, por exemplo, o papel desempenhado pela ferrovia antes de 1860, na criação e desenvolvimento da indústria de equipamentos, é, claramente, mal posto...» (7:86)

** A história do Colonialismo... fez a condição das atuais nações subdesenvolvidas marcadamente diversa daquela dos países ricos, quando estes últimos estavam em estágios comparáveis em termos de renda per capita, e levanta sérias dúvidas sobre a possibilidade de aqueles poderem seguir a mesma trilha de desenvolvimento.

ra seção cuidará do período entre a Antiguidade e o Século XVI. Continuando o registro histórico, a segunda e terceira seções versarão sobre o declínio daquele País, a partir do Século XVII, como também sua recuperação no decorrer do século XIX. Na quarta seção, dividida em três partes, discutem-se, na primeira, alguns dos chamados estágios de desenvolvimento de Rostow, pelos quais terão, supostamente, que passar as sociedades. Na segunda parte, tenta-se verificar se o caso da Itália conforma-se de acordo com o paradigma de Rostow. Finalmente, a terceira parte trata de expor as bases do que poderá vir a ser um modelo de desenvolvimento alternativo.

1 — A Economia da Itália antes do Século XVII

É surpreendente, mesmo para os analistas mais argutos da História Italiana do período compreendido entre o tempo antigo e a Idade Média, o fato de que a Itália, a partir do século XVI, tenha ficado para trás, em relação aos países da Europa Ocidental, como, por exemplo, a França e Inglaterra.

A Itália, sem dúvida, teve o papel central no que diz respeito a economia do mundo mediterrâneo, nos tempos antigos. Ela foi o centro econômico que permitiu a integração dos mercados daquela região. Roma, em particular, a despeito de ter sido considerada o parasita do poderoso Império Romano, foi o grande centro bancário da época.

De uma maneira geral, a estrutura de mercado da região italiana é considerada marcante para o período considerado. Sua agricultura, podia-se dizer próspera; fazendas de grande escala, com base na mão-de-obra escrava, não se constituía raridade. Segundo Davisson e Harper, "Não há dúvidas de que a grande parte da produção agrícola do Império destinava-se ao mercado... os agricultores supriam Roma regularmente com cereais, olivas, vinho, feijão e frutas". (5, p. 213/214)

Sua agricultura, porém, não era tudo. A Itália desenvolveu um segmento industrial de importância, para a época. A cerâmica italiana "... dominou o mercado de artigos de mesa e se infiltrou nos mercados do leste ultrapassando as fronteiras do império... e chegando até mesmo na Índia". (5) Há registros, também, de outras empresas operando em larga escala, tais como aquelas operando na produção de tijolos, artefatos bélicos, minérios, tecidos, etc.

As estradas italianas, primordialmente construídas para fins de uso militar, eram excelentes. Seu uso comercial era de caráter limitado, uma vez que em seu traçado não atendia, via de regra, aos ditames dos negócios. Considerável investimento foi feito, também, na melhoria de portos e construção de faróis.

A contribuição italiana para o desenvolvimento da Engenharia foi marcante. Segundo Davisson e Harper, "... com certeza, mais vívido em nosso quadro do mundo antigo foi o avanço da Engenharia Romana que utilizou as técnicas tradicionais até seus limites e inventou algumas que eram essencialmente novas, como o cimento". (5, p. 208)

Finalmente, a contribuição da península italiana, em termos de idéias, para a civilização ocidental, afigura-se impressionante. A Itália — seguindo Clough — foi o ponto de transferência da cultura grega para a Europa Ocidental e o espelho das realizações romanas, as quais incluíam a Arquitetura, a Administração Pública, o Direito, etc.

Todas as realizações da Itália antiga, contudo, não foram suficientes para evitar seu declínio. Já no final do segundo século, os sinais de uma crise econômica persistente saltavam aos olhos. Uma análise extensiva das causas desta crise foge ao propósito do presente trabalho. Entretanto, seguindo Davisson e Harper (5, p. 215/218), dir-se-ia, sem uma elaboração cuidadosa, que uma das principais razões foi a falta de rentabilidade da exploração do Império. Outras razões podem, igualmente, ser citadas. A produção agrícola com base no trabalho escravo, que permitira a proeminência da agricultura italiana, tornou-se, no geral, economicamente inviável, segundo, ainda, os autores acima. Além disso, a Itália cedeu sua liderança na produção de manufaturados para as províncias do oeste que, dominando as técnicas industriais e agrícolas, tinham uma vantagem considerável, em termos de custo de transporte. Finalmente, para completar este quadro um tanto superficial da crise de antes das invasões bárbaras, houve, por razões ainda não desvendadas, um declínio substancial de sua população.

As invasões das províncias do oeste do Império Romano, pelas hordas germânicas, destruiu boa parte do Império; a parte leste, todavia, sobreviveu ainda um longo tempo. Mesmo a fundação de diversos reinados bárbaros não impediu a continuação do exuberante comércio existente ao longo do Mediterrâneo, em torno do qual a Itália tinha uma visível van-

tagem locacional. De acordo com Pirenne, "Foi somente a entrada abrupta dos Islâmicos em cena, no decorrer do século XVII... que alterou esta posição, com conseqüências que incluíram todo o curso subsequente da história". (14, p. 2) O equilíbrio econômico, que tinha sobrevivido às invasões germânicas, entrou em colapso, face a presença dos Islâmicos no cenário. O bloqueio do Mar Mediterrâneo causou desaparecimento do comércio, dos mercadores e, conseqüentemente, da vida urbana. Como resultado, a Europa Ocidental mergulhou em um estado puramente agrícola, o qual estabeleceu as bases para a ordem econômica predominante na Idade Média, isto é, o Feudalismo. Se algumas cidades romanas continuaram a existir, foi somente pelo fato de serem o centro da administração diocesana. Sua significação econômica, entretanto, deixou de existir.

A predominância do Feudalismo, ou seja, de uma ordem econômica e social apoiada sobejamente na atividade agrícola, expôs a humanidade aos azares do clima e das pragas. Na prática, o comércio e, conseqüentemente, a classe mercantil desapareceram e a condição do homem era, agora, determinada pela sua relação com a terra. Portanto, um novo conjunto sócio-econômico repõe a ordem antiga. Em resumo, aparece no quadro o que Rostow denomina de sociedade tradicional. O ressurgimento pleno do Comércio e suas conseqüências só foi possível após uma longa caminhada. Em outras palavras, o Feudalismo resistiu até seu máximo para evitar o surgimento de uma nova era.

A erupção dos islâmicos no Mediterrâneo fechou o acesso do oeste, porém não impediu o trânsito pelas águas que banham o sul da Itália, pelo mar Adriático e pelo mar Egeu; assim, cidades italianas, como Nápoles e Veneza, continuaram a desenvolver um ativo comércio. É verdade que os laços entre tais cidades tornaram-se cada vez mais tênues. Mas, é igualmente verdade que havia um contraste marcante entre a região da Europa Ocidental, onde a agricultura era tudo e o comércio nada, e, por exemplo, a efervescente Veneza vivendo essencialmente do comércio. Em suma, o espaço que delimita a Itália de hoje, e o de Veneza, em particular, foram afetados pelos acontecimentos adversos em escala insignificante quando comparados com a Europa Ocidental.

Os lucros comerciais no Império Romano criaram uma classe de comerciantes ricos, cuja atividade já apresentava, na época, um caráter capitalista (na esfera comercial, obvia-

mente). Em adição, o desenvolvimento do comércio requeria uma quantidade adequada de mão-de-obra qualificada, no sentido de dominar a escrita e as operações contábeis. Desde cedo, as cidades italianas tinham preparado esse tipo de mão-de-obra. Isto quer dizer que, mesmo durante a Idade Média, a Itália não assumiu um papel passivo na questão do desenvolvimento econômico. A obra de Pirenne (14), na qual é baseada esta parte do trabalho, em analisando as condições sócio-econômicas da Europa Medieval, nunca sugere, até onde se possa julgar, que a Itália, naquele período, estivesse para trás, em termos de desenvolvimento. Pelo contrário, ao descrever os acontecimentos da Europa, Pirenne enfatiza a liderança da Itália e, em particular, o papel das cidades de Gênova e Veneza.

Isto posto, considere-se algumas das mais importantes contribuições da Itália, no período medieval, e que logo se espalharam por toda a Europa.

a) CRÉDITO. No século XII, os italianos introduziram as letras de câmbio que "... nada mais eram que uma simples promessa de pagamento em uma outra praça diferente daquela na qual o débito fora contraído..." (14, p. 101). No século XIII, era comum a prática de liquidar débitos por meio do que se conhece hoje por compensação. Este meio de transação provavelmente foi iniciado pelos florentinos e sianeses. O seguro marítimo parece ter tido seus primeiros passos na Itália, especialmente em Gênova. Finalmente, de acordo com Pirenne, os italianos do século XII eram familiarizados com vários instrumentos de crédito e "... o século XIII trouxe os italianos de encontro ao mais alto grau de desenvolvimento compatível com as condições sociais da época*" (14, p. 129). De fato, a Itália foi a detentora da hegemonia financeira da Idade Média.

b) COMÉRCIO. Ainda de acordo com Pirenne, os italianos foram os líderes da Europa, no que concerne ao movimento comercial da Idade Média. Eles fundaram sociedades comerciais, criaram o crédito, restabeleceram a confiança da

* Tais operações incluíam, também, o crédito comercial, empréstimos para investimentos em embarcações, e simples créditos a governantes. Naturalmente que estas operações eram realizadas pelos bancos da época.

moeda e a disseminação de seus métodos na Europa Setentrional foi verdadeiramente marcante.

c) **TRANSPORTE.** No que diz respeito a estradas, a Itália da época medieval era tão pobre quanto o restante da Europa. Contudo, não é demais enfatizar que a primeira ponte suspensa de que se tem notícia foi construída na Itália, abrindo a rota mais direta entre Milão e os vales do Reno e do Danúbio; além disso, contrariamente aos costumes da época, o reinado de Nápoles foi o único em que as autoridades administrativas encarregavam-se de reparar as estradas, pois a prática corrente era deixar esse trabalho para os usuários das mesmas. Os italianos não se descuidaram, também, da construção naval. A importância de sua frota pode ser medida pelo fato de terem sido os barcos italianos os transportadores das tropas de Luís VII e Conrad III, durante a Segunda Cruzada, ao longo do litoral de Anatólia, em rumo para a terra sagrada. De fato, a partir do fim do século XI, Veneza deteve, praticamente, o monopólio de transporte em todas as províncias da Europa e da Ásia dominadas pelos governantes de Constantinopla (8:19).

d) **URBANIZAÇÃO.** Genericamente falando, as cidades medievais eram escassamente povoadas. A fim de dar uma idéia sobre a população de tais cidades, basta citar que em 1450 Nuremberg tinha tão-somente 20165 habitantes e Frankfurt, em 1440, 8719; Bruxelas, por outro lado, dispunha de 40000 habitantes. No que diz respeito a Itália, contudo, Pirenne afirma que Veneza, sem dúvida a maior cidade do Ocidente, não teria menos de 100000, no século XIV. E Veneza não devia ser muito maior do que Florença, Milão e Gênova (14:171). Dessa forma, a Itália, em comparação com outras regiões da Europa, tinha um grau surpreendentemente alto de urbanização. Nunca é demais enfatizar este aspecto do desenvolvimento italiano, uma vez que isto dará ao leitor alguma idéia sobre outros indicadores econômicos.

Até o fim do século XV, as cidades eram os únicos centros de comércio e indústria (14, p. 68). Sem dúvida, existia nelas uma divisão de trabalho diferente daqueles espaços onde predominava a atividade agrícola. Além disso, as cidades — principalmente aquelas que tinham atividades comerciais por excelência — eram os lugares onde se fornecia educação. A necessidade de educação do tipo não monástico

foi, provavelmente, ditada pelas necessidades das práticas comerciais. Como se acontecer hoje em dia, quanto mais alto era o grau de urbanização de uma região, maior seu desenvolvimento no período em questão. Se este foi o caso, não haverá dúvidas de que a Itália foi a mais desenvolvida região da Europa, uma vez que seu grau de urbanização foi, inquestionavelmente, alto, quando comparado com outras regiões da Europa Ocidental.

A fim de concluir a presente seção, resta abordar ligeiramente um ponto controverso. Um ponderável grupo de estudiosos nega a existência de uma classe capitalista na Europa, antes do período da Renascença. É provável que este ponto de vista é completamente equivocado quando se trata do caso da Itália. Talvez a confusão prenda-se ao fato de se utilizar como parâmetro o capitalismo moderno. Isto, naturalmente, não fará sentido para tantos outros que acreditam na evolução desta forma social de produção. Para estes, Pirenne incluído, as fontes históricas da época medieval revelam, acima de qualquer dúvida, a existência, já no século XII, do modo capitalista de produção na Itália. Alegam esses estudiosos que se torna inconcebível a idéia de que os numerosos banqueiros e exportadores italianos estariam tão-somente preocupados com o simples sustento, não tendo, portanto, idéia alguma sobre lucro, nem o desejo do puro enriquecimento. Certamente que eles desenvolviam argumentos para legitimarem suas ações, calculavam, visavam o lucro e a acumulação; este último objetivo constitui-se, sem dúvida, em uma das características básicas do capitalismo (14, p. 161).

2 — O Declínio da Itália

O final do século XVI testemunhou o começo do declínio da Itália, de maneira tal que, já no fim do século seguinte, suas características eram a de uma região onde predominava uma atividade agrícola atrasada, tanto pelos parâmetros da época como pelos de séculos anteriores. Cipolla (1, p. 196/200), com o auxílio dos dados do período, mostra a dramática, para não dizer trágica, queda da economia italiana. De uma posição econômica invejável, seja em termos de produção manufaturada, seja em termos de atividade bancária e de serviços de transporte, a Itália derrapou para uma economia atrasada, deprimida, onde a chamada agricultura tradicional era a forma econômica de produção predominante.

Com a finalidade de aprofundar a discussão sobre esse espantoso declínio, atente-se, de início, para a análise de Cipolla (1, p. 205/14). Segundo o autor, alguma das causas dessa involução, foram as seguintes:

- a) Controle excessivo das Corporações que, impedindo a competição, constituía-se em portentoso obstáculo às inovações;
- b) tributação mal concebida. Especificamente, impostos demasiadamente altos;
- c) alto custo da mão-de-obra, comparado com o de outras regiões, cuja causa residiria nas organizações dos trabalhadores e em epidemias desastrosas, como as de 1630 e 1657, que destruíram, aproximadamente, um terço da população;
- d) fatores exógenos, como as políticas mercantilísticas de outros países, crises em regiões tradicionalmente supridas pelos italianos, a exemplo da Espanha e Alemanha, e o desenvolvimento das rotas comerciais pelo Atlântico.

Embora aparentemente fortes, as razões apresentadas por Cipolla apresentam pontos de vulnerabilidade. No que diz respeito ao item (a), as corporações existiram em toda a Europa Ocidental, com características semelhantes. A razão pela qual elas exerciam controle excessivo na Itália e não na Inglaterra, só para citar um exemplo, não fica de modo algum evidente. O problema exposto no citado item poderá ter sua origem no fato de que o analista pode enxergar como causa primeira o que, na verdade, é a consequência de uma série de eventos. O excessivo controle acima mencionado poderia estar relacionado com a posição do clero, que tinha um lugar de destaque na sociedade italiana. É bom lembrar, contudo, que o clero, apesar de forte, não impediu os italianos de desenvolverem um mercado financeiro importante e, conseqüentemente, a questão do porquê de seu sucesso junto às corporações estaria, ainda, em aberto. Outra possibilidade é que controle desmedido poderia ter tido sua origem no fato da falta de expansão dos produtos manufaturados. Neste caso, o argumento poderia ser revertido e o que foi apontado como causa do fenômeno seria agora consequência do mesmo. Por outro lado, mesmo que se aceite a cadeia de eventos — controle demasiado causa falta de competição, que por

sua vez impede inovações — isto não necessariamente levaria à conclusão de que o setor manufatureiro não pudesse adotar as novas tecnologias geradas em outros países. Assim, a primeira razão apontada por Cipolla é questionável.

Igualmente atrativo é o argumento da tributação, — vide item “b” acima — tanto para explicar desenvolvimento, como atraso. O imposto sobre exportações, por exemplo, foi a fonte principal de receitas de muitos governos. Dessa forma, alguém pode ponderar que uma política de taxação das exportações, não somente pelo tipo de tributação, mas, também, pelo seu nível, pode ser responsável pelo fraco desempenho da economia do País. Contudo, semelhantemente ao mostrado no parágrafo anterior, o argumento pode ser revertido. Poder-se-ia, facilmente, argumentar que o governo foi forçado a aumentar a alíquota e/ou a base do tributo para fazer face as suas necessidades, devido ao prolongado período de declínio. A escolha do tipo do imposto (sobre as exportações) ficaria por conta do fato de que é, ou pelo menos foi, a forma mais fácil de coletar. Conseqüentemente, o item (b) acima, é igualmente questionável.

O item (c) é, pelo menos em parte, um poderoso argumento. A perda de vidas humanas foi enorme, sem dúvida. Porém, seria necessário saber se fenômeno semelhante não teria, também, acontecido na França, Inglaterra e em algumas outras nações, a fim de se ter uma idéia do quanto isto foi responsável pelo declínio da Itália, relativo a outros países. Este cálculo, contudo, está além do escopo do presente estudo.

O item (d) merece, também, alguns comentários na mesma linha. Para muitos economistas, parece claro que as políticas mercantilistas prejudicaram os efeitos benéficos do comércio internacional. Isto pelo menos é o que sugere a teoria ricardiana. Lembre-se, porém, que tais políticas eram o feijão com arroz dos países em geral, de sorte que cada nação fazia o que era possível e imaginável para ferir os interesses das outras. Dessa forma, a Inglaterra, França e demais países foram, também, prejudicados. A diferença, se alguma, estaria no grau e não na forma de prejuízo. Ao contrário da Itália, França e Inglaterra eram nações (no sentido moderno do termo) que tinham colônias, as quais, por conta da falta de poder político, não poderiam retaliar contra a pátria mãe. Isto, mas que outras coisas, pode explicar a diferença no que diz respeito à intensidade dos efeitos das políticas mercantilistas.

Finalmente, veja-se a questão do desenvolvimento das rotas do Atlântico. Evidentemente que a Itália tinha uma desvantagem locacional relativa a outros países geograficamente melhores posicionados. Além disso, esse problema poderia ser agravado pela constatação de que a única passagem entre o Mediterrâneo e o Atlântico se dá pelo estreito de Gibraltar, podendo ter sido o caso de, na época, ser, o referido estreito, controlado por outra nação rival. Esta hipótese, embora não evidenciada nesta pesquisa, tem seus méritos e deveria ser perseguida.

Que a descoberta de novas rotas através do Atlântico prejudicou a Itália, têm-se poucas dúvidas. Primeiro, porque o desenvolvimento desses novos caminhos possibilitou a eliminação progressiva dos italianos do comércio internacional de especiarias e produtos tropicais; e, segundo, porque, a mais longo prazo, criou um lucrativo mercado no continente americano, inacessível aos italianos, os quais não dispunham de colônias naquela parte do mundo. Tal mercado tornou possível uma mais racional divisão de trabalho, mais especialização — que, em geral, precede às ondas de inovações — como deve ter sido o caso de países como a Inglaterra e a França.

3 — A Recuperação Econômica da Itália

3.1 Os primeiros sinais da revitalização da Itália são encontrados no século XVIII. Mais especificamente, o tênue começo de mudanças na indústria e a gradual eliminação das corporações tornou-se perceptível a partir do meado daquele século. O reencontro do País com o desenvolvimento, todavia, foi vagaroso e demandou um esforço intenso durante mais de um século.

Na tentativa de explicar a razão das dificuldades da Itália cumpre, de início, observar que as condições e o desenvolvimento de inovações que fizeram a grandeza da Inglaterra em períodos anteriores, não se adequavam ao caso italiano. Como sugerido na seção anterior, a Itália não pode contar com colônias para expandir seu mercado e, conseqüentemente, obter as vantagens de uma melhor divisão do trabalho. No que se refere ao mercado interno, a península italiana não se constituía, na época, o que se conhece hoje como nação. A despeito do fato de haver significativa identidade em termos de cultura, o território italiano estava dividido em principados, com enormes diferenças entre si, no que

diz respeito aos aspectos administrativos, financeiros e políticos. Dessa forma, é improvável que o mercado interno pudesse ter o papel de grande propulsor da economia, como se poderia esperar no caso de um sistema mais homogêneo.

Talvez mais importante do que as dificuldades acima, foi o impacto das inovações na ordem econômica do mundo de então. A essa altura, é interessante especular, brevemente, sobre duas dessas inovações. Com o aparecimento do motor a vapor, a localização das fábricas foi inteiramente flexibilizada. Em acréscimo, tal inovação abriu o caminho para uma série de avanços tecnológicos no setor de maquinarias, o que, por seu turno, permitiu uma melhoria substancial na divisão do trabalho. A ferrovia foi uma outra inovação importante. Em geral, dois efeitos são enfatizados: o primeiro é que as ferrovias estimulam indústrias, tanto pela característica de demandar insumos de indústrias de base, como pelo fato de aproximar mercados mais eficientemente; o segundo efeito, estreitamente relacionado com o primeiro, é que ele tornou viável, economicamente falando, juntar uma variedade de insumos, de outra forma impossível ao nível da técnica de transporte terrestre prevalecente antes do aparecimento da máquina a vapor.

Em se tratando da Itália, as inovações acima mencionadas não foram de muita ajuda, como normalmente se esperaria. No dizer de Clough (2, p. 4), a Itália tinha pouquíssimo carvão e pouco minério de ferro. Em acréscimo, suas características geográficas importavam em um custo altíssimo para a construção de ferrovias. Assim, não causa surpresa que o esforço colossal dos italianos, para equiparar sua indústria com a dos países desenvolvidos da época, fosse, de diversas formas, frustrado.*

A luz dos comentários acima, parece importante, a essa altura, enfatizar um ponto de alguma forma negligenciado

* Por conta do fato de que a Itália tinha de importar carvão, aço e minério de ferro para satisfazer às necessidades de seu parque industrial, os preços dos produtos da indústria pesada italiana não eram competitivos. Dessa forma, era mais vantajoso para o País importar tais produtos. Por outro lado, a agricultura italiana não era capaz de gerar as divisas necessárias ao financiamento das importações requeridas para o desenvolvimento de sua indústria. Assim, o esforço para desenvolver a indústria italiana resultou, por várias vezes, em problemas com o balanço de pagamento.

pela literatura. Na maioria dos casos, a adoção das inovações oriundas de outros países é coisa trivial. Obviamente, que há instâncias em que isto não é tão simples. Como exemplo, citar-se-ia o caso da energia nuclear, a qual tem sido impedida de disseminar-se, pelos próprios países geradores da tecnologia. Entretanto, o requerimento de recursos naturais e condições geográficas para atender às exigências de certas inovações revolucionárias pode provocar uma demanda acima da capacidade do País. Este parece ter sido o caso da Itália, naquele período.

3.2 Um passo importantíssimo em direção ao desenvolvimento foi a unificação italiana. Conforme Kennedy (9, p. 203/204), a unificação representou uma grande mudança no balanço de forças na Europa e bastou um pouco mais de uma década para a Itália se tornar um membro completo do sistema europeu das grandes potências.* Há de se reconhecer, porém, que a unificação ocasionou muitos problemas no curto prazo. Além da quantidade enorme de recursos despendido na guerra de unificação, restaram os problemas administrativos, fiscais e financeiros, de cuja solução dependia o êxito da nova ordem. O leitor é referido às obras de Clough (2, p. 40/42) e Luzzato (11, p. 202/225), para ter uma idéia mais precisa dos enormes desafios relacionados com a questão da unificação.

A despeito dos percalços e desvantagens em termos de recursos naturais, a Itália conseguiu algum crescimento econômico durante os primeiros trinta e cinco anos de existência na condição de estado unificado. Porém, mais importante do que esse crescimento, foi o fato de que, nesse período, a Itália estabeleceu as bases necessárias para um desenvolvimento auto-sustentado, através da criação de uma infra-estrutura econômica, a qual incluía o sistema ferroviário, siderurgia, marinha mercante, construção naval e o sistema bancário. Parafraseando Rostow, dir-se-ia que este foi o período das "pre-condições".

* Isto não quer dizer que Kennedy põe a Itália no mesmo plano de potência, na época, como Inglaterra e França. O autor ao analisar o desenvolvimento italiano expõe os desníveis e as dificuldades sociais e políticas daquela nação, os quais impedem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Repetindo outro estudioso, Kennedy afirma que a Itália foi "a menor das grandes potências". (9:206)

Neste ponto da pesquisa, será útil alguns comentários adicionais sobre este período crucial para os destinos da Itália. Estará em ordem a indagação de como a Itália pode criar um parque siderúrgico e naval — só para dar um exemplo — dada sua dependência na questão dos recursos naturais. A resposta (ou as respostas) dependerá do modelo que o analista tem em mente. Provavelmente, Rostow teria uma resposta diferente daquela de Gerschenkron. (8) Lewis (10), por seu turno, também viria com uma outra convincente explicação. Não seria de estranhar se variáveis endógenas em um dos modelos aparecessem como exógenas em outros. Assim, não soará como grande blasfêmia mais uma explicação. Esta será uma das tarefas da próxima seção, que lidará, primeiramente, com as dificuldades relativas a aplicação do modelo de Rostow ao caso italiano.

Está razoavelmente documentado na literatura que o período de trinta e cinco anos seguintes à unificação foi pleno de intervenção estatal na esfera econômica, principalmente naqueles setores considerados vitais e onde a rentabilidade dos investimentos era ou duvidosa ou de muitos riscos. Os mais conspícuos exemplos do papel do estado nesta questão são encontrados no caso das ferrovias, construção naval e marinha mercante. De acordo com Clough (2, p. 81/82), o desenvolvimento desses foi de uma importância crucial no processo de crescimento econômico italiano. Ele afirma que "Eles não somente ajudaram a desenvolver instituições que foram essenciais, por afetarem a poupança e o investimento, por organizarem as empresas privadas, e por darem origem a uma extensiva divisão de trabalho, mas, também, por estimular as indústrias que produziam materiais para eles, notavelmente a indústria metalúrgica e o comércio de máquinas operatrizes".* Que estas implicações defendidas por Clough não estão livres de controvérsia, pode ser avaliado pela leitura de estudiosos como Fenoaltea (6, p. 325/351) e Cohen (3, p. 363/

* A forte intervenção estatal tem sido uma constante desde então. Esta importante presença, ainda hoje, do Estado na esfera econômica não parece ter impedido o notável desempenho da economia italiana nos últimos anos, desempenho este considerado superior aos melhores da Europa. O caso italiano pode ter alguma relevância para a discussão que se trava, agora, no começo da administração Collor, onde o conceito de modernidade veiculado pelos seus porta-vozes inclui, certamente, a quase eliminação das ações do governo na esfera econômica.

382). Ao analisar o impacto das ferrovias na Itália, este afirma que "Parece, entretanto, que a história da Itália teria sido pouco diferente, se as ferrovias adicionais (após 1861) tivessem sido recebidas como maná do céu ou se nunca tivessem sido construídas... No máximo, o crescimento da malha ferroviária induziu alguma substituição de importação de aço, introduzindo assim uma pequeníssima influência positiva, tanto no crescimento da indústria, como no ciclo industrial" (6, p. 343). Por outro lado, Cohen sugere que, no caso da Alemanha, o desenvolvimento das instituições financeiras, incluindo, em particular, o estabelecimento de vários bancos de crédito industrial, é que precedeu o crescimento industrial, e não o contrário.

Deixando a questão de se o governo foi útil ou não, o fato é que sua intervenção se deu justamente nas áreas onde a rentabilidade era incerta ou desencorajadora. Em outras palavras, em ramos particularmente não atrativos para o empresário capitalista. Um outro ponto relacionado com a questão em análise parece menos controverso: a economia italiana respondeu muito vagorosamente ao estímulo do estado. A leitura de Clough (2, p. 57/98) sugere que esta resposta inadequada esteve relacionada com o problema perene de escassez de minério de ferro e carvão. Isto é particularmente verdadeiro no caso da indústria metalúrgica. A lembrança de que boa parte dos insumos de outras indústrias provém do setor acima mencionado e de que outra parte incluía direta ou indiretamente carvão, pode ajudar na avaliação dos problemas enfrentados pela indústria italiana. Dentro deste quadro onde abundaram as adversidades, registram-se, felizmente, algumas amenidades. Algumas inovações, citadas a seguir, parecem ter ajudado a economia italiana:

— O conversor de Bessemer, que inventado em 1856 e introduzido na Itália em 1860 reduziu significativamente o custo na produção de aço. Contudo, muito mais importante foi o aparecimento do forno de Martin-Siemens na Itália, a partir de 1870. Esta inovação permitiu o processo de produção contínua e o uso de sucata de ferro como insumo.

— Outro invento importante foi o forno elétrico que diminuiu o coeficiente técnico de carvão na produção de aço.

— O surgimento das hidroelétricas foi de crucial importância para o desenvolvimento da Itália, uma vez que, a partir de então, uma fonte competitiva de energia, não dependente do carvão, poderia ser explorada. Esta inovação permi-

tiu à Itália o uso do potencial energético das águas dos Alpes e, conseqüentemente, livrou a mesma de uma séria restrição a seu desenvolvimento.

O enorme esforço do povo italiano para superar o atraso, finalmente, teve sua recompensa. De acordo com Milward e Saul (13, p. 257), de 1896 a 1908, as taxas de crescimento em grande parte das chamadas indústrias dinâmicas foram mais altas do que suas similares em outros países dos quais os autores acima tiveram ciência. Entre os fatores que contribuíram para o fato eles destacam a remessa de divisas pelos emigrantes italianos, o turismo, a formação de bancos de investimento com o suporte inicial do capital germânico, e a construção de hidroelétricas. A análise dessas contribuições ao desenvolvimento italiano, embora desejável, foge ao escopo do presente. Resta assinalar, entretanto, que tal análise seria importante na medida em que pudesse evidenciar ou não o fato de que esses fatores seriam meras conseqüências de outros relacionados com as inovações que adequaram os recursos naturais da Itália com os requerimentos da moderna ordem econômica.

4 — Dois Modelos Alternativos Para Explicar a Evolução Econômica da Itália

É possível identificar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a caminho para a maturidade, e a idade de alto consumo das massas. (15, p. 4)

1. Será conveniente começar esta seção com os contornos das primeiras três categorias Rostowianas, acima explicitadas. Espera-se que a explicação, a seguir, represente, o mais fielmente possível, o pensamento de Rostow.

a) SOCIEDADE TRADICIONAL. Uma organização sócio-econômica deste tipo tem como traço econômico uma estrutura que evolui com funções de produção com limitações. Explicando melhor, dir-se-ia que a conceituação não exclui nem aumento do produto nem algumas inovações altamente produtivas no comércio, indústria e agricultura. O fato central, porém, é que as potencialidades que jorram da ciência e tecnologia modernas não são, em regra, disponíveis, ou não têm

aplicação regular e sistemática. Em termos gerais, a sociedade tradicional devota uma grande proporção de seus recursos à agricultura, a qual, por seu turno, estabelece uma estrutura social hierarquizada, com oportunidades relativamente escassas para a chamada mobilidade vertical (15, p. 4/5).

b) **PRECONDIÇÕES PARA O ARRANCO.** Este segundo estágio é caracterizado por transformações da sociedade tradicional, de forma a serem explorados os frutos da ciência moderna, de maneira a se evitar o problema dos retornos decrescentes, e de modo a se desfrutar as alternativas abertas pela marcha dos juros compostos (crescimento auto-sustentado?). Além disso, este é o estágio onde existe a disseminação da idéia de que o progresso econômico é uma condição necessária para se obter outros objetivos considerados desejáveis para a sociedade como um todo. Nova geração de empresários aparece disposta a mobilizar as poupanças da sociedade e, também, a correr riscos na busca de lucros e modernização. O investimento aumenta, notavelmente nas áreas de transporte, comunicações, e na produção de matérias-primas. As fronteiras do comércio, interno e externo, alargam-se. Todavia, todas estas atividades desenvolvem-se, ainda, com certa lentidão, nos limites de uma economia de uma sociedade primordialmente caracterizada por métodos de baixa produtividade, por velhos valores e estruturas sociais, e por instituições políticas regionais (15, p. 6/7).

c) **O ARRANCO.** Este terceiro estágio caracteriza-se pela superação de velhos bloqueios e de resistência ao crescimento continuado. O crescimento torna-se a condição normal da sociedade, isto é, os juros compostos fazem parte de seus hábitos e de sua estrutura institucional. Durante o **Arranco**, a taxa de investimento e poupança vai a 10% ou mais da renda nacional e novas indústrias se expandem, rapidamente, gerando lucros, uma grande proporção dos quais são reinvestidos em novos empreendimentos industriais. Em acréscimo, a produtividade agrícola aumenta a níveis extraordinários.

Tendo-se explicitado as principais características das três primeiras fases por que passam as sociedades, na visão de Rostow, urge que se façam algumas observações sobre as mesmas. Entre as muitas razões, destaca-se o fato de que, embora atrativos e soando como verdades universais, tais estágios só serão inteiramente palatáveis se faltar ao analista um pouco de atenção.

Para começar, veja-se o caso da sociedade tradicional e, mais especificamente, o conceito de função de produção com limitações. É óbvio que as alternativas de produzir um bem hoje em dia são muito maiores do que há um século atrás. É verdade, também, que tais alternativas eram menores dez séculos atrás do que no século passado, e, provavelmente, serão maiores no próximo século, se comparadas com o atual. Além disso, isto só é verdadeiro de um ponto de vista estritamente técnico. Quando, ao contrário, se coloca em cena as escolhas ditadas pelas condições econômicas da época, tais alternativas não são tantas quanto se poderia imaginar. Em muitos casos, o sistema econômico operante impõe apenas uma possibilidade, que pode não ser aquela compatível com certa ou certas sociedades, devido à falta de recursos naturais, ou por conta de uma das diversas condicionantes.

Explore-se uma outra característica da sociedade tradicional rostowiana, ou seja, sua estrutura social hierarquizada. Se isto caracteriza uma sociedade tradicional, forçado é se concluir que os Estados Unidos nunca passaram por esta fase, exceto se for considerada a discriminação contra os negros, mulheres e homossexuais. Contudo, se isto for incluído no quadro, há que se concluir que, mesmo hoje em dia, aquela nação tem uma sociedade tradicional.

Como se pode deduzir do que foi dito acima, o questionamento das chamadas fases rostowianas pode ir longe. É perfeitamente pertinente questionar o conceito de ciência moderna, e a razão pela qual as potencialidades que dela decorrem não estarem disponíveis ou não serem sistematicamente aplicadas no caso de uma sociedade tradicional. Ao discutir as **precondições para o arranco**, Rostow dá a impressão de que não é comum uma sociedade tradicional tomar riscos em sua busca de lucro. Pode-se argumentar, todavia, que certas antigas sociedades aceitaram muito mais riscos em busca do lucro, se o conceito de lucro é flexibilizado para acomodar as condições econômicas do passado. A pilhagem foi uma forma de lucro em priscas eras e muita gente arriscou suas vidas para a obtenção dele. O ponto que se levanta é que o lucro de amanhã pode ser muito diferente do que hoje se considera e depende da ordem econômica da época.

Talvez um conceito de sociedade tradicional mais útil possa adotar um caminho notadamente diferente daquele esposto por Rostow: uma sociedade tradicional é aquela cujas aspirações e cujo arranjo sócio-econômico não estão em linha

com aquelas sociedades aceitas como as mais desenvolvidas, em um dado período. Esta conceituação, embora, aparentemente, em harmonia com a de Rostow, tenta evitar os problemas da conceituação daquele autor. Além disso, ela tem flexibilidade suficiente para acomodar tanto uma situação em que uma sociedade é subdesenvolvida hoje mas desenvolvida amanhã, como uma outra em que se dá o reverso, isto é, ser desenvolvida no presente e passar à categoria de subdesenvolvida no futuro.

Feitas as considerações acima, cumpre passar para a segunda etapa no caminho das sociedades, de conformidade com o modelo de Rostow. Aqui, o autor parece dar alguns conselhos, como, por exemplo: a parte da Renda Nacional acima de um nível mínimo de consumo terá que ser transferida para aqueles que a gastarão no construir de ferrovias, escolas e fábricas; as oportunidades deverão ser iguais para todos, etc. Em resumo, todos os bloqueios e resistências característicos de uma sociedade tradicional terão que ser removidos, para que se possa passar para o próximo estágio, no caso as Precondições para o Arranco.

Similarmente aos argumentos de Rostow, no que diz respeito à primeira etapa, a caracterização deste estágio dá margem a algumas questões. Por que um certo número de pessoas querem investir em ferrovias, fábricas, etc.? A resposta mais imediata e, talvez, mais sensata, é a perseguição ao lucro. Entretanto, se este for o caso, a argumentação do autor poderá levar alguém à conclusão de que, apesar das oportunidades de investimento no passado, nenhum grupo estaria interessado em lucrar. Para escapar desta incômoda conclusão, poder-se-ia dizer que a sociedade tradicional continuaria como tal, na medida em que o conjunto de oportunidades de investimentos que convivem com aquela sociedade não se modifica. Tão logo um outro conjunto harmônico com uma economia mais desenvolvida surge no cenário, a sociedade tradicional começa a se transformar. A presente argumentação merece mais clareza, principalmente na questão das oportunidades de investimento, e o esforço, agora, será nesta direção.

Na seção anterior, sugeriu-se, vagamente, que algumas inovações forjariam o padrão econômico do mundo. Foi, igualmente, sugerido, que algumas nações teriam enormes dificuldades em ajustarem-se à esta nova ordem econômica, devido à falta de recursos naturais. Aqui, o argumento é mais aprofundado, ao se adiantar que somente uma nova onda de

inovações (ou mesmo uma só inovação, aqui denominada de fundamental), compatível com seus recursos, é que poderia resgatá-las. Suponha, por exemplo, que um País tropical pobre não tenha nem carvão nem quedas d'água importantes, mas disponha de um sol brilhante durante todo o ano. Uma revolução tecnológica, que torne a energia solar competitiva, poderá fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento do País em questão. Por outro lado, este mesmo fato poderá criar obstáculos no curso do progresso de outras nações hoje consideradas desenvolvidas. A nova fonte de energia poderá ser o catalizador de um processo, gerando, de início, um outro conjunto de oportunidades de investimento. Estas oportunidades, por seu turno, viabilizarão o nascimento de um grupo (ou uma classe) dentro da sociedade tradicional que, decorrido um certo tempo, tomará o poder e promoverá as mudanças radicais necessárias para sua arrancada rumo ao desenvolvimento.

Nesta altura, pelo menos três aspectos do papel das inovações precisam ser enfatizados. Primeiro, a inovação, neste texto, tem a abrangência schumpeteriana. Dessa forma, a descoberta da América constituiu-se em uma inovação. Segundo, algumas inovações ditas fundamentais podem desorganizar, completamente, a ordem econômica mundial. Terceiro, como conseqüência desta desorganização, países líderes podem, não somente estagnarem, como, também, irem para trás. Assim, similarmente às precondições do arranco, haverá as precondições para a desaceleração, que, inclusive, levará um sistema dinâmico em direção a uma sociedade tradicional. O grande exemplo histórico está nas invasões islâmicas, as quais foram responsáveis pela involução de parte da Europa.

Semelhantemente à argumentação acima, muito se poderia dizer sobre o Arranco, terceira etapa, segundo Rostow, para demonstrar a vulnerabilidade do conceito. Nenhum esforço será feito nesta direção, uma vez que será irrelevante para os propósitos do presente trabalho.

2. O objetivo, agora, é verificar se o paradigma de Rostow conforma-se com a História Econômica da Itália. Espera-se que a seguinte exposição sobre a possível correspondência entre as etapas sócio-econômicas propostas por aquele estudioso e a história italiana represente a verdadeira essência do pensamento do autor em questão.

Por qualquer padrão razoável de análise, a sociedade italiana, do século dezessete, é considerada uma sociedade tradicional, no sentido dado por Rostow. Sua atividade predominante era a agricultura, praticada sob a égide de uma função de produção acanhada, e com uma estrutura de hierarquia social que não dava grandes oportunidades à mobilização vertical.

De conformidade com o exposto na seção 3, os primeiros sinais de transformação (ou, mais apropriadamente, recuperação) da situação econômica da Itália apareceram lá pelo meio do século dezoito. Contudo, as mudanças ocorreram vagarosamente. Somente no século dezenove é que os efeitos cumulativos foram realmente detectados, e, somente durante a unificação italiana — que decorreu desses efeitos cumulativos —, foi que a idéia de que o progresso econômico era uma condição necessária para o bem-estar de sua população generalizou-se pelo País. Dessa maneira, a unificação pode ser vista como o começo da verdadeira época de Pre-condições para o Arranco. Durante os trinta e cinco anos seguintes à unificação, um esforço consciente e organizado foi levado a cabo pelo Estado e pelos empresários, com a finalidade de modernizar a Itália. A senda trilhada, contudo, foi prenhe de muitas frustrações, no decorrer de grande parte desses trinta e cinco anos. A despeito do estabelecimento de uma infra-estrutura adequada às necessidades, e da construção de indústrias básicas, sentiu a sociedade italiana que sua economia não era suficientemente dinâmica para dispensar o suporte do setor público. Em outras palavras, punha-se em dúvida se o sistema era capaz de, em algum dia, gozar dos benefícios dos juros compostos de Rostow. Diante disto, causou surpresa o fato de que, entre 1896 e 1908, a Itália tenha tido um desempenho superior, se comparada aos principais países da Europa. Assim, 1896 deve ser o marco para o Arranco, se esta data é entendida como o primeiro ano de crescimento auto-sustentado.

Constata-se, agora, o que acontece se o modelo de Rostow é aplicado na totalidade do período, brevemente coberto por este trabalho, isto é, dos tempos antigos até 1908. A única maneira que se vislumbra para a tarefa é considerar a sociedade italiana como uma sociedade tradicional durante o período que vai dos tempos antigos até a última metade do século dezenove. Parece, tanto quanto se possa julgar, que não há outra saída. Porém, para assim proceder, é ne-

cessário ignorar um período em que a humanidade fez enorme progresso. Além disso, em assim fazendo, não se levaria em conta muitos outros acontecimentos importantes: a desenvoltura dos italianos, em termos de administração, engenharia, comércio, direito, etc.; o fato de que, por muitos séculos, a sociedade italiana foi a mais desenvolvida do mundo. Finalmente, fazer-se isto, é, também, esquecer que a humanidade nunca foi conformista, e que a existência da sociedade moderna, tal qual se entende hoje, é o resultado do conhecimento cumulativo do passado. Por outro lado, se o período considerado é, sensatamente, subdividido, a aplicação do modelo de Rostow não ajudará na explicação do "sobe e desce" (ou, mais precisamente, o caráter cíclico) da trajetória da Itália, quando comparada a outros países.

3. A insatisfação com o esquema de Rostow deve ser seguida de uma abordagem alternativa para explicar a História Econômica da Itália, e, quiçá, ser consistente com outros desenvolvimentos sócio-econômicos do mundo. É importante, todavia, que se alerte para o estado embrionário desta abordagem. Em outras palavras, muito há que se fazer para a obtenção de um modelo não só elegante e com um nível tolerável de abstração, mas, também, com um nível de abrangência tal que explique a história econômica de outros países.

Já foi apresentada, linhas atrás, uma nova conceituação que reponha a idéia de sociedade tradicional pensada por Rostow. Este novo conceito propõe comparações entre sociedades contemporâneas, e, conseqüentemente, descarta a possibilidade de comparações para períodos econômicos distintos. Por exemplo, no modelo proposto, não se deve comparar a Itália da Renascença com os Estados Unidos de hoje. Parece que esta observação tão óbvia e que, por isso mesmo, não mereceria ser explicitada no texto é desrespeitada pelo esquema rostowiano. Uma nova abordagem já foi, também, apresentada, em contraposição às Precondições para o Arranco, procurando relacionar esta fase rostowiana com um novo conjunto de oportunidades de investimento provocado por uma onda de inovações. Foi, igualmente, sugerido que as inovações que desempenham um papel importante na transformação da ordem econômica do mundo podem estagnar sistemas considerados desenvolvidos, no período em estudo, ou pode mesmo causar o retrocesso. Isto dependerá da condição de que os requerimentos da nova ordem não estejam

disponíveis para os sistemas em questão. Além disso, foi adiantada uma definição abrangente de inovação. Só para dar um exemplo, de acordo com esta definição, a eliminação de fronteiras econômicas, como se tenta hoje em dia através do Mercado Comum Europeu, seria uma inovação.

Finalmente, foi proposto que inovações consideradas menos importantes (em termos de mudanças radicais na ordem econômica mundial) podem resgatar uma determinada economia, na medida em que possa compatibilizar seus recursos com a nova ordem. Este ponto parece ser de importância fundamental. Uma vez que as inovações previamente mencionadas surgem em diferentes períodos, não é surpreendente o fato de que aquele desenvolvimento não possa ser disseminado indiferentemente pelas diversas regiões da terra. Ao adotar-se esta ótica, dois países que comecem do mesmo ponto, em termos de desenvolvimento, poderão ter diferentes desempenhos, e a população do País que se colocar em desvantagem não deverá ser culpada pelo pecado de conformismo, pela falta de vontade, e tampouco pela falta de energia.

Com o esquema acima, volte-se a considerar o caso italiano. Por séculos, a Itália foi a área mais desenvolvida do planeta, e uma análise mais profunda revelará que isto não foi fortuito. Mesmo o colapso do Império não mudou o quadro em sua essência. Neste aspecto, o caso italiano se assemelha ao da Inglaterra. Ninguém de bom senso negará que a Inglaterra é um País desenvolvido, a despeito do desmoronamento do Império Britânico. Dado o fato de que a sociedade italiana foi a mais desenvolvida, fará sentido considerá-la tradicional, por conta de uma esdrúxula comparação com os atuais padrões de produção e consumo? Obviamente que o bom senso impede de assim rotulá-la, simplesmente por que não se pode pretender que a ciência daquela época estivesse tão avançada quanto a de hoje, a qual, certamente, ficará para trás à medida que o tempo passe.

O final do século dezessete testemunhou uma Itália atrasada, subdesenvolvida, quando comparada não somente com a Inglaterra daquela época, como também com sua situação em momentos passados. Naquele século, a Itália, por qualquer que seja o padrão comparativo, nada mais era do que o que Rostow descreve como uma sociedade tradicional. Como se pode perceber, a trilha por onde seguiu aquela nação, foi, ironicamente, o reverso do caminho sugerido pelo modelo rostowiano, que, pelo visto, não admite outro curso.

Contudo, se for aplicado o modelo alternativo, pode-se encontrar uma razão de tão insólito caminho. As rotas do Atlântico e suas conseqüências, o aparecimento da máquina a vapor, e muitos outros inventos decorrentes desta, como, por exemplo, a ferrovia, mudaram a ordem econômica do século dezesseis e, como resultado, tornaram os recursos da Itália inadequados ao prosseguimento de seu progresso. Pior do que isso, tornaram-nos insuficientes mesmo para manter o grau de desenvolvimento conseguido até então.

O modelo alternativo serve, de maneira semelhante, para lançar alguma luz sobre as razões do vagaroso caminho de volta ao progresso da Itália. A ocorrência de um novo conjunto de inovações era uma condição necessária para esse retorno à senda do desenvolvimento, e estas inovações não apareceram do dia para a noite, em sua totalidade. Pelo contrário, aquelas inovações ligadas a novas técnicas de construção de túneis e à produção de aço, hidroelétricas, etc., vieram em períodos de tempo longamente espaçados, tornando o ritmo de desenvolvimento menor do que se poderia esperar de uma região que, em outros tempos, ditou as cartas do mundo.

BIBLIOGRAFIA

1 — CIPOLLA, Carlo M. *The Economic Decline of Italy*. In: **The Economic Decline of Empires**. London: Methuen & Co Ltd, 1970, p. 196-214.

2 — CLOUGH, Shepard B. **The Economic History of Modern Italy**. New York: Columbia University Press, 1964.

3 — COHEN, J. S. Financing Industrialization in Italy, 1894-1914: The Partial Transformation of a Late Comer. **The Journal of Economic History**. V. XXVII n. 3, p. 363-382, set., 1967.

4 — COLMAN, David & NIXSON, Frederick. **Economics of Change in Less Developed Countries**. Oxford: Philip Allan/Barner & Noble Books, 1986. 445 p.

5 — DAVISSON, William I. and HARPER, James E. **European Economic History**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972, v. 1.

6 — FENDALTEA, Stefano. Railroads and Industrial Growth, 1861-1913. **Explorations in Economic History**. V. 9, n. 4, p. 325-351, Verão 1972.

7 — FISHLOW, A. Empty Economic Stages? In: MEIER, Gerald M. **Leading Issues in Economic Development**. 3 ed. New York: Oxford University Press, 1976. 862, p. 82-89.

8 — GERSCHENKRON, A. In: MEIER, Gerald M. **Leading Issues in Economic Development**. 3 ed., New York: Oxford University Press, 1976. 862, p. 90-92.

9 — KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. New York: First Vintage Books Edition, 1989. 677 p.

10 — LEWIS, W. A. O Desenvolvimento Econômico Com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra. In: AGARWALA A. & SINGH S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. 502 p.

11 — LUZZATO, G. The Italian Economy in the First Decade after Unification. In: Crouzet, Chaloner & Stern. **Essays in European Economic History 1789-1914** New York: St. Martins Press, 1970.

12 — MEIER, Gerald M. Rostow and Marx — Note. In: MEIER, Gerald M. **Leading Issues in Economic Development**. 3 ed. New York: Oxford University Press, 1976. 862 p. 79-82.

13 — MILWARD, A. and SAUL, S. B. **The Development of the Economies of Continental Europe 1850-1914**. Oxford: Alden Press, 1977.

14 — PIRENNE, Henri. **Economic and Social History of Medieval Europe**. New York: Harcourt, Brace & World Inc, 1956.

15 — ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth. A non-Comunist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. 253 p.

16 — TODARO, Michael P. **Economic Development in the Third World**. 3 ed. Longman, 1985.